

Comércio do Rio pede que fusão não seja desfeita

Os três senadores e os 46 representantes fluminenses na Constituinte receberam ontem do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Amaury Temporal, telex em que ele comunica que "a comunidade empresarial, de forma consensual", é contra a idéia de desfazer a fusão dos antigos estados do Rio e da Guanabara.

A *desfusão* dependeria, para se consumir, de um plebiscito cuja convocação — seria realizado conjuntamente com as eleições municipais de 15 de novembro de 1988 — consta do anteprojeto da nova Constituição, elaborado pelo deputado Bernardo Cabral. O relator da Comissão de Sistematização aproveitou, no caso, propostas dos deputados fluminenses José Maurício (PDT) e Adolpho de Oliveira (PL).

Ontem, o deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ) apresentou à Comissão de Sistematização emenda que revoga a convocação do plebiscito para a fusão, um projeto de integração política de estados que completou este ano 12 anos de vida. Para Temporal, "com sua atual estrutura o Estado do Rio está plenamente aparelhado para conquistar novos parâmetros de progresso social e desenvolvimento econômico, quer no plano agrícola e comercial, quer no âmbito industrial e tecnológico".

Custo — "Cabe salientar que a instalação do polo petroquímico vai constituir inequívoco fator de aceleração nessa trajetória destinada a ampliar ainda mais o papel do Rio de Janeiro como uma das mais modernas unidades de nossa federação. A sua *desfusão*, após a integração havida com proveitosos resultados, entre incontáveis inconvenientes de ordem social e econômica, apresenta um custo financeiro intolerável na atual conjuntura nacional, especialmente no plano dos serviços públicos", destaca o telex do presidente da Associação Comercial.

A Associação Comercial, com essa decisão — é a primeira entidade empresarial a entrar no debate sobre as vantagens e desvantagens da fusão —, se mantém coerente. É que ela, em 1974, foi que socorreu o ex-presidente Geisel, fornecendo-lhe, em apenas duas folhas, tamanho ofício, os dados econômicos que o então presidente usou para cassar a autonomia dos antigos Estados do Rio e Guanabara e para criar o chamado estado da fusão.

Emendas pró-crianças têm "lobby" infantil

BRASÍLIA — Comparando-as com andorinhas, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, saudou mais de 400 crianças que lotaram as galerias para acompanhar a defesa das emendas populares relativas aos Direitos da Criança e Adolescente e Educação. "Vocês parecem andorinhas no poleiro olhando o trabalho dos constituintes. Peça licença aos integrantes dessa comissão para saudar as galerias", disse o senador, sendo entusiasticamente aplaudido.

Oito emendas populares com mais de 2 milhões 500 mil assinaturas — uma das quais com 1 milhão 200 mil assinaturas só de crianças — foram defendidas na sessão de ontem. Entre os expositores, Vital Didonet e Deodato Rivera aplaudiram o projeto constitucional que acolheu várias propostas relativas à criança e ao adolescente, mas apelaram ao relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral, para que incluía no novo projeto referências específicas sobre a violência física e mental contra a criança.

Dados surpreendentes — Bernardo Cabral, apartando Vital Didonet, disse que o problema não era pequeno e não mediria esforços para resolvê-lo. "A criança não é o futuro, a criança é o presente", declarou, sendo demoradamente aplaudido pelas galerias. Deodato Rivera mostrou números que surpreenderam os constituintes. Afirmou que há no país 12 milhões de crianças abandonadas e 4,5 milhões de meninas prostituídas, das quais 2 milhões com idade entre 10 e 15 anos.

"Os recursos públicos são esbanjados em projetos faraônicos, mas se fossem revertidos para o problema

da criança muito seria minimizado. O Brasil não conseguirá ser uma grande nação se persistir esse quadro", disse Rivera.

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) pediu "desculpas às galerias porque os constituintes prestavam pouca ou nenhuma atenção aos oradores. "Este é um mau exemplo que vocês não devem seguir, mas quero explicar que um constituinte precisa, ao mesmo tempo prestar atenção a vários assuntos. Apesar de parecer que estamos fazendo pouco caso dos trabalhos aqui desenvolvidos isso não é verdade, contem com o nosso integral apoio".

Ensino — A parte seguinte da sessão trouxe ao plenário um verdadeiro debate sobre a questão do ensino público e gratuito. O presidente da Confederação dos Professores do Brasil, Tomaz Whonghon, defendeu emenda popular com 279 mil assinaturas e pediu "ensino gratuito e acessível a todos", com a preservação de três pontos básicos: gratuidade, laicidade e universidade. Criticou o baixo nível salarial dos professores, a criação de disciplinas sem prévios e aprofundados estudos e mesmo a distorção do papel das escolas. Defendeu a destinação de verbas públicas somente para ensino público.

Já o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, disse que o "estudante deve receber do Estado subsídios e escolher o estabelecimento de ensino de sua preferência", alegando que tanto faz "para o Estado gastar com o aluno na escola oficial como em bolsas de estudo".

Cientista critica dados

Os dados sobre a situação dos menores apresentados por Deodato Rivera são considerados imprecisos por vários estudiosos. O cientista político Herbert de Souza, diretor do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais), admite que possa haver 12 milhões de menores carentes, mas não propriamente abandonados. Quanto à prostituição das menores, cita uma estatística que, por comparação, mostra a inverossimilhança do número apresentado por Deodato: no território inteiro dos Estados Unidos há quinhentas mil prostitutas adultas.

Herbert de Souza chama a atenção para a precariedade das estatísticas sociais brasileiras: "Nossa estatística social é tão pobre quanto nossa socie-

dade". O diretor do Ibase cita outro caso que considera sintomático: o dos dados sobre emprego e desemprego.

"As taxas de desemprego anunciadas pelo IBGE — 4%, 4,5%, — são taxas que correspondem, nos países desenvolvidos, a uma situação de pleno emprego. Aqui, se inverte a distorção: em vez de ser para mais, como no caso das crianças, é para menos".

A explicação de Herbert de Souza: o entrevistador do IBGE pergunta à pessoa se ela tem alguma atividade; em vez de perguntar se tem emprego. "Muita gente que não tem emprego tem alguma atividade, algum biscoite que justifique responder "sim". E nós ficamos ostentando uma taxa de desemprego completamente irreal".